

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.933 - RJ (2019/0309578-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ELIAS VENTURA DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : BRUNO PUPE SILVA BAGUEIRA DE VASCONCELOS
ADVOGADOS : EDUARTT DE AZEVEDO RANGEL - RJ145166
LUIZ PAULO RODRIGUES - RJ001616B

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. DEMANDA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AFIRMAÇÃO DE ESBULHO POR PARTE DO RÉU. ALEGAÇÃO DE COMODATO VERBAL. IMPROCEDÊNCIA. APELO AUTORAL, BUSCANDO A REFORMA INTEGRAL DO JULGADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS JUSTIFICADORES DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DESPROVIMENTO.

Na espécie, a parte autora alega ter celebrado comodato verbal com a parte ré “(...) o autor precisou deixar o imóvel e pediu que o réu cuidasse da sua parte (...)”, tendo por objeto o imóvel cuja posse se pretende a reintegração. Contudo, após a instrução probatória, não restou comprovado o suposto fato constitutivo do direito autoral. Com efeito, o nosso ordenamento jurídico dispõe que para se valer da ação de reintegração de posse o autor tem que provar, antes de tudo, a posse ao tempo do esbulho, bem como a ocorrência do esbulho propriamente dito, o que não restou comprovado pelos documentos juntados aos autos e pelos depoimentos prestados em juízo.

Em verdade, as provas produzidas indicam que a parte ré adquiriu os direitos hereditários sobre a totalidade do bem cuja posse se discute. Não há, portanto, prova da posse anterior e nem da ocorrência do alegado esbulho. Neste cenário processual, a improcedência do pedido possessório é medida que se impõe. Precedentes deste E. Tribunal acerca do tema. Desprovimento.

Majoração da verba honorária advocatícia sucumbencial em sede recursal.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante, em suma, violação aos artigos 1.196 e 1.210, do Código Civil; e 560, do Código de processo Civil de 2015.

Sustenta ser vedada a discussão sobre a propriedade do imóvel, na hipótese dos autos, por se tratar de ação possessória, bem como que foi comprovada nos autos a sua posse.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 236 - 241), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 243 - 246, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Ao afastar a pretensão em voga, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 218 - 219):

Com efeito, o nosso ordenamento jurídico dispõe que para se valer da ação de reintegração de posse, o autor tem que provar, antes de tudo, a posse ao tempo do esbulho, bem como a ocorrência do esbulho propriamente dito, o que não restou comprovado pelos documentos juntados aos autos e pelos depoimentos prestados em juízo.

Em verdade, as provas produzidas indicam que a parte ré adquiriu os direitos hereditários sobre a totalidade do bem cuja posse se discute. Nota-se que três depoentes confirmaram a tese defensiva de aquisição dos direitos hereditários sobre o imóvel em tela.

Nesta linha de raciocínio, não há, portanto, prova da posse anterior alegadamente exercida sobre o imóvel em questão e nem da ocorrência do ventilado esbulho.

Neste cenário processual, onde não comprovado o preenchimento dos requisitos para o ajuizamento da ação de reintegração de posse, não resta alternativa senão a improcedência do pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Conforme se verifica, após a análise dos fatos e provas levados aos autos, a Corte local destacou que a parte agravante não comprovou sua posse sobre o imóvel em litígio. Nesse contexto, despicienda se torna a discussão acerca da possibilidade de argumentação de propriedade sobre o bem em ação de reintegração de posse (fundamento de mero reforço utilizado pela Corte local), uma vez que a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de que foi comprovada a posse da parte agravante, é medida que encontra veto na Súmula 7/STJ, por demandar necessário reexame de fatos e provas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora